Analise moral e ética do uso de anabolizantes em indivíduos sem prescrição para reposição hormonal

Autor(res)

Matheus Lima De Oliveira
Luigi Barbosa Moura Alexandre
Yuanaga Horrana Soares Dos Santos
Asaph Silva Cândido
Thiago Nunes De Souza
Adriely Toledo Rodrigues
Lucas Damasceno Oliveira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE GOVERNADOR VALADARES

Resumo

O trabalho da IV Mostra Científica de Fisioterapia tem como tema a análise moral e ética do uso de esteroides anabolizantes androgênicos (EAA) por indivíduos sem prescrição médica, especialmente no contexto da reposição hormonal. Inicialmente desenvolvidos para fins médicos, os EAA têm sido amplamente utilizados de forma indevida para ganhos estéticos e de desempenho físico, muitas vezes sem o devido conhecimento sobre os seus riscos à saúde.

A pesquisa foi estruturada como uma revisão de literatura, com base em três artigos científicos que abordaram os efeitos adversos, os impactos sociais e as implicações éticas desse uso indiscriminado. Os autores analisados foram MACEDO, AZEVEDO e ABRAHIN. Entre os efeitos colaterais observados estão alterações hormonais, problemas cardiovasculares, distúrbios psicológicos e mudanças físicas indesejadas, tanto em homens quanto em mulheres.

No aspecto ético, destacou-se o desrespeito aos princípios da bioética, como a autonomia, a justiça e a não maleficência. A análise de ABRAHIN, por exemplo, chamou atenção para o impacto social do uso indiscriminado dos anabolizantes, especialmente entre jovens, e a desigualdade em competições esportivas. A normalização dessa prática preocupa tanto no âmbito da saúde pública quanto no da equidade social.

Os resultados revelaram que o uso sem prescrição médica está claramente associado a diversos riscos à saúde e a implicações sociais e éticas relevantes. O trabalho conclui que é essencial o debate sobre o tema, com foco na criação de políticas públicas mais rigorosas, ações educativas e estratégias de conscientização, visando mitigar os danos e promover o uso responsável de substâncias que, embora tenham função médica legítima, são frequentemente mal utilizadas